

Gênero e reprodução social na agricultura familiar¹

Anita Brumer

Professora Titular do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Bolsista de Produtividade em Pesquisa 1A do CNPq.

Endereço Postal: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Av. Bento Gonçalves, 9500, Agronomia, 91509-900 - Porto Alegre, RS – Brasil. Telefone: (51) 33166635 Fax: (51) 33166646.

Endereço eletrônico: anita@orion.ufrgs.br

Gabriele dos Anjos

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2005)

Pesquisadora da Fundação de Economia e Estatística (FEE).

Endereço Postal: Rua Duque de Caxias, 1691, Centro, 90010-283 - Porto Alegre, RS – Brasil. Telefone: (051) 32169024.

Endereço eletrônico: gabriele@fee.tche.br

Resumo

O texto apresenta questões analíticas sobre reprodução social na agricultura familiar, com base na bibliografia existente sobre o assunto. Examinando diferentes perspectivas relativas à reprodução social e na agricultura familiar, o texto dá ênfase a abordagens que consideram a sucessão geracional nesta atividade. Trata dos problemas relativos às articulações entre a sucessão na propriedade familiar e outras estratégias de reprodução social, como o êxodo rural, as migrações, o celibato e o estabelecimento de alianças matrimoniais. Por fim, aborda como a reprodução social na agricultura familiar pressupõe diferenças entre os sexos, em particular a exclusão das mulheres da sucessão na propriedade familiar. O estabelecimento destes problemas de análise permite propor uma agenda de pesquisa sobre a permanência de jovens e sobre a condição feminina na agricultura familiar.

Palavras-chave: reprodução social; agricultura familiar; gênero; geração; sucessão.

Resumen:

Género y reproducción social en la agricultura familiar

Este texto presenta cuestiones analíticas sobre la reproducción social en la agricultura familiar, con base en la bibliografía existente sobre el tema. Examinando diferentes perspectivas relativas a la reproducción social y agricultura familiar, el texto enfatiza los enfoques que consideran la sucesión generacional en esta actividad. Trata de los problemas referentes a las articulaciones entre la sucesión en la propiedad familiar y otras estrategias de reproducción social, como el éxodo rural, las migraciones, el celibato y el establecimiento de alianzas matrimoniales. Finalmente, aborda el como la reproducción social en la agricultura familiar presupone diferencias entre los sexos, en particular la exclusión de mujeres de la sucesión en la unidad familiar. El planteamiento de estos problemas de análisis permite proponer una agenda de investigación sobre la permanencia de jóvenes y la condición femenina en la agricultura familiar.

¹ Texto elaborado com apoio financeiro do CNPq, através do projeto “Mulheres agricultoras: reprodução social e representação política” (Edital 045/2005).

Palabras clave: reproducción social; agricultura familiar; género; generación; sucesión.

Abstract

Gender and social reproduction in family farm

The paper presents some analytical questions about the social reproduction of family farms, based on bibliographical discussions on this subject. Taking into account different perspectives, the paper emphasizes those that consider the transmission of farms through generations, such as the question of articulation between the transmission of the farm to a single family member and other strategies of social reproduction, including migration, celibacy and matrimonial alliances. Finally, the paper analyses how the social reproduction of family farms is tributary of the women's exclusion from the land's inheritance. These analytical problems allow the proposition of a research agenda, including both the possibility of residence in rural areas for the youth and women's condition of living in family farms.

Keywords: social reproduction; family farms; gender; generation; succession.

Introdução

As pesquisas sobre as temáticas “gênero” e “juventude” estão muito em voga nas ciências sociais voltadas ao estudo do “rural”. O interesse nessas temáticas decorre, por um lado, em grande medida, dos elevados índices migratórios do meio rural em direção às cidades, com a predominância de jovens e, entre eles, de mulheres, implicando no envelhecimento e masculinização da população rural; e, por outro lado, do aumento de problemas ligados à sucessão geracional nos estabelecimentos familiares, seja pela dificuldade de encontrar sucessor entre os filhos dos proprietários, seja pelos conflitos entre os herdeiros legais em torno da partilha do patrimônio familiar. Tais fenômenos se constituem em problemas sociais para líderes de associações de agricultores e para instituições estatais e podem ser tomados como objeto de análise sociológica a partir de um conjunto de questões relativas à reprodução social. O objetivo deste texto é examinar criticamente a bibliografia pertinente sobre reprodução social na agricultura familiar. Esta bibliografia, em grande parte, é formada por estudos de casos específicos; no entanto, ela permite configurar um conjunto de problemas a serem retomados na investigação e análise de dados relativos às condições de continuidade dos jovens² na agricultura familiar, e à condição feminina nesta atividade.

As abordagens relativas à reprodução social na agricultura familiar são particularmente profícuas no estudo das condições de existência social de mulheres e jovens no meio rural. Isto porque a chamada agricultura familiar enquanto atividade social apresenta uma estreita relação entre posição social, profissional e familiar (CARDON, 2004, p. 25). Ou seja, as posições de agricultor, chefe de estabelecimento e pai estão imbricadas. Neste sentido, em comparação com o empresário capitalista, o produtor familiar (ou ainda, o “camponês”) não pode dispor de sua força de trabalho (esposa, filhos e pais idosos) segundo as regras do mercado. Ele precisa levar em consideração aspectos relativos às possibilidades de emprego e de obtenção de renda em atividades não agrícolas dos membros da família, bem como considerações relativas à linhagem e herança familiares (FRANKLIN, 1969, p.1). Este caráter específico da agricultura familiar engendra uma série

² A “juventude” como categoria possui diferentes usos sociais, e reúne, a partir de critérios etários, indivíduos e grupos socialmente diferenciados (ver UNESCO, 2004, p. 23).

de práticas sociais, relativas, ao mesmo tempo, aos futuros particulares de cada membro da família, da família como um todo e de seu patrimônio.

Reprodução social e agricultura familiar

De forma geral, os estudos sobre reprodução social preocupam-se com as formas pelas quais se dá a continuidade de estruturas, práticas e instituições sociais. Nesse sentido, abordam uma das questões básicas das Ciências Sociais (BOURDIEU, 1994, p. 3; GIDDENS, 1995, p. 365). Entre os marxistas, Rosa Luxemburg considera que a noção de reprodução teria uma abrangência no plano da sociedade como um todo e sua essência estaria no ciclo produção-consumo. A autora entende por reprodução a continuidade da produção de bens para o consumo ao longo do tempo, que varia historicamente, com base, por um lado, na articulação entre tecnologia, matéria prima e trabalho; e por outro, nas formas sociais de produção, incluindo a organização social, ou seja, a relação do homem com a natureza e a relação dos homens entre si (LUXEMBURG, 2003, p. 4).

Edholm, Harris e Young (1977, p. 104-116) consideram que a “reprodução” abrange três níveis: reprodução humana ou biológica, reprodução da força de trabalho e reprodução social como reprodução “das condições de produção social na sua totalidade” (EDHOLM; HARRIS; YOUNG, 1977, p. 105). Elizabeth Jelin considera as mesmas dimensões, chamando-as, respectivamente, de reprodução biológica (que no plano familiar significa ter filhos e no plano social se refere aos aspectos sócio-demográficos da fecundidade), reprodução cotidiana (manutenção da população existente através das tarefas voltadas ao trabalho e à produção para a subsistência) e reprodução social (JELIN, 1995: nota 2, p.395).

Nas ciências sociais francesas, a discussão que Bourdieu estabelece com o estruturalismo a respeito da instituição das práticas sociais deu origem à noção de *sistema de estratégias de reprodução* (BOURDIEU, 1994, p. 3). Rompendo com uma perspectiva na qual a reprodução social é ditada por regras externas aos agentes sociais, este autor propõe o estudo das *estratégias* pelas quais diferentes categorias sociais reproduzem sua posição no espaço social a partir de uma socialização que engendra determinadas disposições (BOURDIEU, 1994, p. 5). Ao contrário das perspectivas de Edholm, Harris e Young, e de Jelin, tais *estratégias* contemplam domínios referentes à fecundidade e à profilaxia (ligadas à reprodução biológica), as estratégias educacionais, matrimoniais, econômicas (orientadas para aumentar ou conservar os capitais disponíveis), simbólicas e de sucessão (BOURDIEU, 1994, p. 5-6), e se engendram nas famílias. Tais estratégias estão sistematicamente relacionadas, ou seja, são empregadas conjuntamente ou de forma articulada em diferentes pontos do tempo (BOURDIEU, 1994, p. 6). A implementação de tais estratégias se dá de acordo com o estado dos mecanismos socialmente objetivados de reprodução social (tais como os “mercados” econômico, escolar, matrimonial, de trabalho e as regras jurídicas) e as chances diferenciais de ganho que estes oferecem para os indivíduos e/ou famílias (BOURDIEU, 1994, p.7). Esta concepção é retomada aqui para analisar diferentes formas pelas quais os membros de famílias inseridas na agricultura familiar em diferentes contextos sociais reproduzem-se socialmente e dão continuidade a esta atividade social.

Segundo Almeida (1986), a reprodução na agricultura familiar é abordada de duas formas: como reprodução cotidiana (ou no curto prazo) e reprodução geracional (ou no longo prazo). A primeira abordagem diz respeito à “como a unidade familiar se reproduz no ciclo anual, combinando trabalho, recursos naturais e conhecimento tradicional para atender ao consumo familiar e para repor os insumos necessários ao reinício do processo” (ALMEIDA, 1986, p. 67). Este aspecto envolve a “lógica econômica da família, que preserva famílias via trabalho e consumo”. Assim, pesquisas sobre reprodução da agricultura familiar no curto prazo envolvem questões relacionadas às formas e meios de produção (como a apropriação e uso de tecnologias) e sua organização, na qual se incluem a divisão de trabalho entre os membros da família e as relações sociais estabelecidas com outros agentes sociais e instituições. Estes estudos também analisam as condições de permanência – ou reprodução - da unidade produtiva enquanto tal, envolvendo o trabalho

dos membros da família. No estudo desta reprodução levam-se em conta as formas de utilização da terra e de alocação do trabalho e o uso de recursos naturais e como esses podem garantir ou não a existência da unidade produtiva no curto prazo e por mais de uma geração. De forma semelhante, alguns autores preocupam-se com a capacidade das famílias de continuarem a manter determinadas condições de existência (como ocorre na agricultura familiar), com base em estratégias específicas (como discutido em CHAYANOV, 1974; e SCHNEIDER, 2003). Por outro lado, o estudo da reprodução no longo prazo considera como a unidade familiar se perpetua enquanto tal, contemplando a lógica de parentesco, através da qual se estabelecem estratégias de casamento e herança (ALMEIDA, 1986, p. 67).

Estamos dando ênfase para as análises sobre reprodução social na agricultura familiar que contemplam os processos sucessórios, e seus diferentes aspectos, tais como as formas, “regras” ou estratégias de sucessão entre gerações na agricultura e suas mudanças; as articulações destas estratégias de sucessão com outras estratégias familiares de reprodução, ou seja, com outras formas de atividade social dos filhos e filhas com origem na agricultura familiar; e como estas estratégias de reprodução social pressupõem diferenças entre os sexos.

Problemas de análise da sucessão na agricultura familiar

As pesquisas sobre juventude rural, realizadas na França e na Região Sul do Brasil, estabelecem uma problemática sobre reprodução que contempla as formas e condições da sucessão “profissional” envolvendo a substituição do pai pelo filho na chefia da propriedade (CHAMPAGNE, 1979, p. 84-5; 1986b, p. 46), ou ainda as formas de constituição de novos estabelecimentos de agricultura familiar. Esta sucessão implica numa socialização prévia na atividade, iniciada durante a infância, e que, em grande medida, ocorre “na prática”. Isto quer dizer, em primeiro lugar, que dificilmente alguém se torna agricultor familiar a partir de um aprendizado exclusivamente escolar. Neste sentido, os cursos técnicos agrícolas, como as “escolas de alternância” ou as “casas familiares rurais”, recrutam seus alunos fundamentalmente entre os filhos de agricultores, qualificando o saber de jovens previamente socializados na atividade. Em segundo lugar, o início do aprendizado profissional na agricultura raramente ocorre na fase adulta dos indivíduos. Em terceiro lugar, na agricultura a reprodução endógena é particularmente elevada, uma vez que poucos indivíduos ingressam como profissionais nesta atividade caso não sejam filhos de agricultores (CHAMPAGNE, 1986b, p. 42-3).

Neste processo de socialização profissional, há diferenças entre rapazes e moças, as quais geralmente são “poupadas” ou “excluídas” da atividade agrícola principal, sendo-lhes reservadas atividades consideradas como “domésticas”³. Estas, embora incluam a produção para o autoconsumo, são identificadas como tarefas de limpeza, preparo dos alimentos, cuidado das crianças, trabalhos da horta e do quintal (cuidado de pequenos animais e ordenha) e transformação artesanal de produtos alimentícios para consumo dos membros da família. Seu desempenho nessas atividades não é considerado como trabalho, uma vez que não se inclui no mercado de bens e serviços e, assim, não envolve a circulação de recursos monetários. Ao mesmo tempo, elas podem assumir um papel auxiliar nas atividades produtivas, em momentos de falta de mão de obra masculina. Este papel, o qual também é assumido por outros membros “não chefe” da unidade produtiva como filhos e filhas, é subsumido como “ajuda”, com base na gratuidade própria às relações familiares (LAGRAVE; CANIOU, 1987, p. 124; BRUMER, 2004, p. 210; CARDON, 2004, p. 48).

³ Por exemplo, numa pesquisa realizada com jovens, filhos e filhas de agricultores familiares, na Região Sul do Brasil (BRUMER; SPANEVELLO, 2008, p. 69), que contou com uma amostra de 1677 entrevistados, verificou-se que, enquanto 91% dos rapazes dedicam-se predominantemente a atividades agrícolas, entre as moças, 63% desempenham atividades agrícolas e 32% fazem trabalho doméstico.

Adicionalmente, como mostram os resultados da pesquisa com jovens filhos de agricultores familiares realizada na Região Sul do Brasil (BRUMER; SPANEVELLO, 2008, p. 50-51), as tarefas de gestão dos estabelecimentos produtivos geralmente permanecem sob responsabilidade dos homens⁴.

Esta exclusão do domínio simbólico da atividade produtiva, legitimada pela atribuição ao homem da categoria “chefe do estabelecimento” (LAGRAVE, 1987b, p. 96-97) e presente em sua socialização está relacionada ao fato de que as mulheres não são, via de regra, consideradas como possíveis sucessoras do chefe, o pai, na propriedade familiar (LAGRAVE, 1987a, p. 17). Muito embora possam receber uma herança com menor valor simbólico (CARNEIRO, 1998, p. 99), seu estatuto de “agricultoras” vem através do casamento (CARDON, 2004, p. 95; WOLF, 1966, p. 97-8; LAGRAVE; CANIOU, 1987, p. 125)⁵. Esta estruturação sugere a pertinência do exame de como as estratégias de sucessão diferenciam homens e mulheres, segundo uma percepção social das diferenças entre os sexos e de hierarquização dos mesmos (conforme a definição de gênero de SCOTT, 1995, p. 86)⁶.

Uma das questões a serem consideradas nas análises das estratégias de reprodução na agricultura familiar diz respeito às condições econômicas dos processos sucessórios nesta atividade. Dentre estas, destacam-se o tamanho das propriedades e as diferentes possibilidades de inserção nos mercados de produtos agrícolas (CHAMPAGNE, 1986a, p. 74, 1986b, p. 42; ABRAMOVAY et al., 1998, p. 58-9). Tais possibilidades dão origem a várias estratégias econômicas, como a “integração” a agroindústrias, a “pluriatividade”, a busca de sistemas de produção alternativos e o comércio direto em feiras, aliado ou não à produção “ecológica”.

As condições culturais de exercício da atividade agrícola também estão ligadas a estratégias de reprodução na agricultura familiar, particularmente a estratégias sucessórias. A valorização social e adesão à identidade de agricultor podem variar segundo os contextos sociais. Assim, a agricultura pode estar ligada tanto a estratégias de permanência e adesão à identidade de “agricultor” como de estratégias de mobilidade social, implicando por parte dos pais num investimento na aquisição de diplomas superiores para seus filhos, para que estes abandonem a atividade agrícola (CARDON, 2004, p. 270). Nestes casos, a sucessão na propriedade familiar não é valorizada, e o patrimônio fundiário tem destinos diversos (venda, arrendamento, abandono, parcelamento) (CARNEIRO, 1998, p. 120).

Os estudos de Bourdieu (1962; 2006), Champagne (1979; 1986a; 1986b) e Carneiro (1998) apontam para processos mais amplos de desvalorização cultural da agricultura familiar em diferentes contextos sociais e seus efeitos na permanência ou não de jovens nesta atividade. Um desses efeitos consiste na mudança das estratégias utilizadas no mercado matrimonial, anteriormente controlado pelas famílias, que visavam assim manter a

⁴ Nesta pesquisa, nas 1677 unidades familiares consideradas, os homens (pais e filhos) detêm a maioria das atividades de gestão: entre os membros da família que realizam essas atividades, ficam sob responsabilidade exclusivamente masculina 86% da compra de insumos, 76% da consulta a técnicos ou agrônomos, 69% da venda de animais e 66% dos trâmites referentes a financiamentos bancários. Por outro lado, as mulheres (mães e filhas) são predominantes na execução de tarefas domésticas: 98% do preparo da comida, 85% da limpeza da casa, 82% do processamento de produtos agropecuários e 56% da venda da produção não agrícola (principalmente artesanato) são de responsabilidade exclusivamente feminina.

⁵ Cardon, por exemplo, numa análise da origem social das mulheres esposas de agricultores, na França, indica que “em 1990, a metade das esposas de menos de 40 anos é filha de agricultor, o que ocorre com três quartos entre as de 40 anos ou mais” (CARDON, 2004, p.95).

⁶ A noção de gênero considera que a sociedade, por razões culturais, sociais, econômicas e políticas, atribui diferentes papéis a homens e mulheres, diferindo da categoria sexo, que diz respeito a características biológicas associadas a eles. Neste sentido, as características biológicas de homens e mulheres são herdadas e as diferenças de gênero são construídas socialmente. Deve-se levar em conta que as características de gênero não são universais nem imutáveis, podendo variar no tempo e no espaço.

integridade do patrimônio fundiário, e atualmente movido por escolhas individuais que não visam necessariamente aquela integridade (BOURDIEU, 1962, p. 65; CHAMPAGNE, 1979, p. 91). Outro efeito é a desvalorização simbólica de uma atividade cujo aprendizado se dá em grande parte fora da escola, forma consagrada de qualificação profissional, em contextos de homogeneização cultural entre o rural e o urbano e de aumento de escolarização dos jovens em relação às gerações anteriores (CHAMPAGNE, 1979, p. 88-9; 1986a, p. 86-7; 1986b, p. 53). Nestes contextos, a agricultura pode ser considerada como a única oportunidade daqueles que não puderam estudar ou se inserir em outros mercados de trabalho (CARNEIRO, 1998, p. 117; CHAMPAGNE, 1986a, p. 82). Assim, a opção pela agricultura por parte de jovens pode ocorrer, em grande parte, por receio do desemprego, tendo em vista que “a posse de um estabelecimento agrícola, mesmo que de pequeno tamanho, possibilita à família viver, ou pelo menos sobreviver, diferentemente dos assalariados, que são totalmente dependentes do mercado de trabalho para viver de sua atividade profissional” (CHAMPAGNE, 1986a, p. 76). Ao mesmo tempo, a atividade agrícola, quando comparada a outras atividades, pode ser vista pelos jovens de forma negativa, como atividade penosa, com rendimentos baixos e aleatórios (CHAMPAGNE, 1986a, p. 79). A percepção destes aspectos, neste caso, é também diferenciada segundo o sexo. Na sua avaliação sobre a atividade agrícola e a vida no meio rural, os jovens do sexo masculino tendem a destacar aspectos econômicos e as jovens mulheres as condições de vida (CHAMPAGNE, 1986a, p. 80; BRUMER et al., 2007, p. 34).

Outra questão diz respeito às modalidades de processos de sucessão entre gerações. Os trabalhos de Champagne (1979) e Cardon (2004) mostram que estes processos têm como objeto o lugar ocupado, ao mesmo tempo, na família e na propriedade como estabelecimento econômico. Assim, o(s) membro(s) da geração mais nova que herda(m) a propriedade e os membros da geração anterior passam por um processo no qual há a substituição do chefe do estabelecimento e chefe da família, o qual, portanto, toma as decisões referentes tanto ao “negócio” como à própria família. Este processo pode ser mais ou menos longo e mais ou menos conflitivo ou cooperativo (CARDON, 2004, p. 192-3). Neste processo, que ocorre de forma articulada aos momentos do ciclo de vida dos membros de cada geração - casamento do sucessor, nascimento de seus filhos, aposentadoria ou morte do pai (CARDON, 2004, p. 195; CARNEIRO, 1998, p. 100; CHAMPAGNE, 1979, p. 85-6) -, podem ocorrer diferentes usos de instituições: o direito de herança e o previdenciário, o recurso a instituições de crédito e à titulação profissional. Os trabalhos de Champagne (1979) e Guigou (1968) sobre agricultores franceses mostram, por exemplo, que o processo de modernização da agricultura trouxe uma modificação nas formas de sucessão na agricultura familiar, tornando possível aos “jovens” impor aos pais a redução do período de transição na substituição da chefia familiar. Isso decorreu da possibilidade de seu acesso a outras profissões pela titulação escolar e ao financiamento bancário, do domínio das formas modernas de agricultura e da perspectiva de aposentadoria dos pais, garantida legalmente.

Levando em conta a bibliografia existente, é possível considerarem-se tipos distintos de práticas de herança e seus efeitos. Wolf (1976), por exemplo, não estabelece uma diferenciação entre herança familiar e sucessão na terra. Ele considera a existência de duas formas de herança, a “sem partilha”, na qual somente um filho escolhido pelo pai herda todo o patrimônio, mantendo sua integridade; e a “com partilha”, que garante a todos os filhos o direito a uma parcela de terra, comprometendo a possibilidade de manutenção dos herdeiros exclusivamente com o trabalho agrícola (WOLF, 1976, p. 107-8). Este tipo de prática de herança pode estar ligado a estratégias de manutenção de famílias extensas (como o uso de equipamentos comuns, e diferentes formas de estabelecimento de autoridade patriarcal) e regras de endogamia familiar (WOORTMANN, 1995, p. 190, 277).

No entanto, a “sucessão” pode ser diferenciada da “herança”, já que em diferentes contextos a partilha da terra é uma possibilidade que não se realiza, sendo contornada pela substituição de outras formas de dotação do patrimônio (ver BOURDIEU, 1962, p. 38; PAULILO, 2004, p. 233-234; CARNEIRO, 2001, p. 23-4, 2006, p. 6). Estas formas substitutivas incluem o dinheiro dado pelos pais aos herdeiros que não receberão parcelas

de terra para sua instalação na cidade (CARNEIRO, 2001, p. 26), para estudar ou para a compra de outra(s) área(s) de terra (CARNEIRO, 2001, p. 32; WOORTMANN, 1995, p. 116, 179-80), e, para as mulheres, que estão fora da disputa sucessória, o “dote” ou “enxoval” (TAVARES DOS SANTOS, 1978, p. 51; CARNEIRO, 2001, p. 33; PAULILO, 2004, p. 234). É possível ainda a prática de uma divisão “virtual”, com a dotação de áreas menos aproveitáveis aos não sucessores (com floresta ou de difícil cultivo) e a área agricultável e maior ao sucessor (CARNEIRO, 1998, p. 93-94; CARDON, 2004, p. 53-4), ou ainda de dotação aos não sucessores de parcelas menores da propriedade a serem trocadas pelo dote com o sucessor ou trabalhadas em conjunto, desde que os não sucessores mantenham-se celibatários(as) (BOURDIEU, 1962, p. 53, 1980, p. 266; WOLF, 1976, p. 107).

A sucessão na propriedade pode ser entendida como um momento (crítico) nas relações de reciprocidade entre pai, filhos e filhas. Se a autoridade paterna tem como fundamento a posse de terras a serem doadas aos filhos (VIANNA, 1989, p. 15), a herança (da terra e de outros bens) corresponde à retribuição paterna ao trabalho de filhos e filhas nas terras paternas (VIANNA, 1989, p. 17). No entanto, assim como estes últimos trabalham em tempos e formas diferentes, o pai retribui este trabalho de forma diferenciada, “principalmente quando os bens de devolução são escassos” (VIANNA, 1989, p. 18; CARNEIRO, 2001, p. 23). Assim, a “herança desigual” para os envolvidos pode corresponder a uma “troca”. Na agricultura familiar no sul do Brasil, somente o filho sucessor do pai na propriedade permanece trabalhando nesta com o pai e sua herança seria uma contrapartida ao cuidado dos pais na velhice (CARNEIRO, 2001, p. 33). Irmãos e irmãs que deixaram a atividade agrícola “ganharam sua parte” com o investimento dos pais em seus estudos (WOORTMANN, 1995, p. 194-5; SPANEVELLO, 2008, p.176) ou com um dote em dinheiro e objetos, no caso das mulheres, ou uma soma em dinheiro para sua instalação na cidade. Ao mesmo tempo, eles renunciam ao direito à terra porque, ao migrarem para centros urbanos à procura de trabalho, deixam de trabalhar na propriedade paterna (CARNEIRO, 2001, p. 33-4; PAULILO, 2004, p. 234). Também a herança de novas terras compradas pelo pai era garantida, em um momento de expansão das fronteiras no sul do País, com o trabalho anterior dos filhos na propriedade paterna, e com o posterior trabalho do herdeiro na nova terra (CARNEIRO, 2001, p. 32-3).

De forma geral, a sucessão desigual dá origem a uma população de “deserdados” a se deslocarem para outras atividades sociais (WOLF, 1976, p. 107), ou para outras regiões geográficas (WOORTMANN, 1995, p. 109). Ela está, portanto, ligada a estratégias de reconversão, quando a manutenção de uma posição na estrutura social depende “da reconversão dos capitais possuídos em outras espécies, mais rentáveis e mais legítimas no estado considerado dos instrumentos de reprodução” (BOURDIEU, 1994, p. 8), na qual estão inseridas todas as práticas de êxodo da agricultura: a busca de emprego urbano em mercados de trabalho fora da agricultura, geralmente localizados no meio urbano. A (re)inserção ocupacional pode implicar em “qualificação”, ou não, e, portanto, estar ligada ou não às estratégias de investimento escolar de filhos e filhas de agricultores. Uma prática bastante comum em determinados contextos sociais é o êxodo da agricultura de filhos e filhas e sua profissionalização como agentes religiosos. Esta inserção seria uma forma de “adaptação” ou re-significação da exclusão da herança patrimonial (SUAUD, 1978, p. 39). No Brasil, esta recuperação do êxodo de filhos e filhas por Igrejas ocorre principalmente na Igreja Católica e (mais intensamente na região Sul) na Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, as quais tradicionalmente recrutam seus profissionais nas zonas rurais de imigração européia (WOORTMANN, 1995, p. 177; CARNEIRO, 2001, p. 32). Um dos efeitos desta articulação entre o êxodo de filhos e filhas de agricultores e seu recrutamento pelas igrejas é a escolarização e a inserção em mercados de trabalho relativamente fechados, com lógicas próprias (ANJOS, 2005, p. 310, 344-5). Tais estratégias parecem estar articuladas a formas de sucessão nas quais o patrimônio original permanece indiviso, apesar da vigência de regras legais de partilha igualitária da herança.

As modalidades de escolha do sucessor também constituem um objeto de estudo, já que podem se articular diferentemente com a dotação dos outros filhos não sucessores e

com o momento de transmissão da chefia. Assim, se em certas situações o filho mais velho herda a propriedade da terra, ele também auxilia na formação do dote dos irmãos (BOURDIEU, 1962, p. 40). Em outras situações, a ultimogenitura (ou minorato) estaria articulada com uma forma de retardar a transmissão da chefia da propriedade por parte do pai (CARNEIRO, 1998, p. 119). No entanto, não se trata de regras de transmissão fixas: a regra tanto é manipulada quanto depende de um processo de socialização dos indivíduos para a adesão a elas. Woortmann mostra, por exemplo, que a escolha do sucessor entre os filhos de agricultores de origem alemã no sul do Brasil envolve um processo de observação e qualificação dos filhos homens como aptos ou não para a atividade agrícola segundo os esquemas classificatórios vigentes naquele meio social (WOORTMANN, 1995, p. 177). Ao mesmo tempo, o filho escolhido, correspondendo ou não à regra, seria “condicionado”, “desde pequeno”, a desenvolver as qualidades tidas como necessárias à sucessão (WOORTMANN, 1995, p. 177; também CARNEIRO, 1998, p. 106). De outra parte, as sucessões conflituosas podem fazer com que irmãos e irmãs usem as “regras” socialmente reconhecidas como tais como forma de legitimação da herança (CARNEIRO, 2001, p. 39). Trata-se de diferentes modalidades de “jogo com a regra”, seja ela consuetudinária ou jurídica, nas quais os membros da família, e no caso, os irmãos, contam com diferentes trunfos ou possibilidades de legitimar seus interesses pessoais pelas regras (BOURDIEU, 1980, p. 185-6), ou, em situações em que é socialmente legítimo questionar o que é considerado como “tradição”, contra elas (CARNEIRO, 2001, p. 39). Neste sentido, Wolf indica que geralmente são os membros externos à linhagem familiar (cunhado ou cunhada) que discordam dos acordos entre pais e filhos ou entre os irmãos (WOLF, 1976, p. 97). Do mesmo modo, Carneiro mostra que, com frequência, são os cônjuges dos possíveis herdeiros e herdeiras que chamam a atenção destes para seu direito legal a uma parte do patrimônio familiar (Carneiro, 2001, p. 38). A falta de consenso na divisão da herança pode levar a uma ruptura da família extensa e o privilegiamento da família nuclear (WOLF, 1976, p. 98).

Sucessão, estratégias matrimoniais e gênero

As diferentes práticas de herança e sucessão são acompanhadas ou supõem a exclusão feminina da sucessão em um estabelecimento familiar (WOLF, 1976, p. 104; BOURDIEU, 1962, p. 36, 1980, p. 249; WOORTMANN, 1995, p. 177-8; CARNEIRO, 1998, p. 97, 2001, p. 47; CARDON, 2004, p. 20; LAGRAVE, 1987b, p. 17; PAULILO, 2004, p. 234). As mulheres, ao mesmo tempo em que não são reconhecidas como prováveis “chefes” da unidade produtiva, entram nesta atividade através do casamento. De qualquer forma, as mulheres são encaminhadas a diferentes formas de desistência da terra familiar (casamento com dote, êxodo, celibato), que podem ser considerados equivalentes a mecanismos de exclusão feminina da chefia de estabelecimentos agrícolas. Numa pesquisa recente, realizada numa região de agricultores familiares descendentes de imigrantes italianos no estado do Rio Grande do Sul, Spanevello (2008: p.208) verificou que os pais entrevistados acreditam serem os filhos homens os mais capacitados para suceder-lhes; as filhas mulheres somente são herdeiras da terra por exceção (por *défault*, como dizem os franceses), em casos em que são filhas únicas, ou quando permanecem solteiras e a terra é explorada junto com o irmão.

Esta exclusão da sucessão parece corresponder a dois tipos de estratégias de reprodução. Uma delas corresponde às estratégias de herança nas quais somente um filho é escolhido ou fica como sucessor enquanto os outros são encaminhados ao êxodo da atividade agrícola ou à migração para outras terras. O êxodo feminino da agricultura é equivalente ao êxodo masculino de não sucessores, mas, ao que indicam estudos que mostram a masculinização do meio rural, mais intenso que aquele (ver, por exemplo, o estudo de LOPES, 2006). Assim como seus irmãos, que saem da agricultura para trabalhar ou estudar, as mulheres não herdaram a terra porque nela não trabalham (CARNEIRO, 2001, p. 36-7, 40).

Uma outra forma de exclusão das mulheres da sucessão na propriedade familiar está articulada a estratégias matrimoniais (ver especialmente BOURDIEU, 1962; CARNEIRO, 1998, p. 110). Assim, a mulher não herda a terra, mas vai morar e trabalhar na propriedade do marido, sucessor em outra propriedade (CARDON, 2004, p. 43-7). Ou ainda, em situações de inexistência de herdeiros homens, as mulheres que herdaram a terra seriam as “mediadoras entre seu pai e o sucessor, isto é, seu marido” (CARNEIRO, 1998, p. 111; WOORTMANN, 1995, p. 193-4). Este papel de mediadora parece também existir nas situações em que a filha não herdeira reside na terra do pai ou irmão-sucessor com o marido, que não trabalha na propriedade do sogro ou cunhado, mas como diarista ou arrendatário (VIANNA, 1989, p. 7).

Em situações de um mercado matrimonial fechado, controlado pelos pais-chefe, no qual se privilegia a manutenção de patrimônios familiares, os casamentos podem se constituir em “arranjos”, em que são valorizados os casamentos de um herdeiro e uma deserdada ou de um deserdado e uma herdeira (ver BOURDIEU, 1962, p. 45); ou ainda os casamentos de “simetria ideal”, em que se casam os herdeiros de cada família com os não herdeiros da outra; (CARNEIRO, 1998, p. 115). Por outro lado, a entrada – que supõe um dote correspondente à renúncia à terra paterna – em outra família pode corresponder a estratégias matrimoniais que privilegiam a endogamia social e a endogamia de lugar e mesmo a endogamia familiar, com o casamento entre primos (CARNEIRO, 1998, p. 113-5; WOORTMANN, 1995, p. 185, 190-2, 258). A homogeneidade social propiciada por este tipo de matrimônio opõe-se aos efeitos disruptivos da presença de uma estranha no grupo familiar (WOLF, 1976, p. 97-98; BOURDIEU, 1980, p. 320-1) e favorece a manutenção do patrimônio indiviso (CARNEIRO, 1998, p. 114-5).

Tais práticas correspondem geralmente a um estado da organização social na agricultura familiar no qual práticas sucessórias e matrimoniais encontram-se articuladas, implicando numa forte adesão a regras personificadas nos pais e sogros. Assim, enquanto o filho herdeiro subordina-se à autoridade e decisões do pai com relação à propriedade, a nora, “forasteira” e “recém chegada”, deve subordinar-se à autoridade da sogra, o que não está isento de conflitos em algumas situações⁷. Tais práticas também correspondem a uma reprodução na agricultura familiar relativamente isenta de influências externas (BOURDIEU, 1962, p. 66; WOORTMANN, 1995, p. 196; CARNEIRO, 1998, p. 117-8). No entanto, a escolarização, a imposição de padrões urbanos e as diferentes intervenções de instituições reguladas pelo Estado na agricultura também podem ter efeitos nas formas sucessórias e matrimoniais como estratégias de reprodução social e, assim, nas respectivas posições de homens e mulheres nestas estratégias.

Um destes efeitos seria a ruptura dos mercados matrimoniais no meio rural. Assim, as jovens filhas de agricultores, em alguns meios sociais, ao atingirem alguma escolarização, não desejam casar-se com agricultores, para evitar submeter-se às condições de vida na agricultura (WOORTMANN, 1995, p. 197; STROPASOLAS, 2004, p. 259-60), o que tem como contrapartida o celibato masculino entre agricultores (ver o estudo clássico de BOURDIEU, 1962; e LOPES, 2006 para o caso do Rio Grande do Sul). Outro efeito seria o questionamento das regras ou práticas sucessórias por parte dos mais jovens, como as tentativas de apressá-la (ver, por exemplo, CHAMPAGNE, 1979, p. 88) ou ainda de negociá-la com os outros irmãos (CARNEIRO, 1998, p. 120). A adesão a uma idéia de interesse individual como oposto aos interesses familiares pode também trazer à tona um forte ressentimento entre mulheres que não herdaram a terra paterna, mas continuaram a trabalhar nela como celibatárias nas casas dos irmãos sucessores ou herdeiros da terra (ver PAULILO, 2004, p. 234; 2000, p. 5; CARNEIRO, 2001, p. 37). Este ressentimento, no entanto, como indica Paulilo (2000) no caso da agricultura familiar no sul do Brasil, seria expresso apenas por algumas agricultoras e não está presente como problema social no

⁷Cardon (2004) relaciona situações de conflito com a necessidade de adiantar a sucessão por parte do jovem casal. Ver Cátedra (1993), sobre a “posição vulnerável” da nora e sua relação com as altas taxas de suicídio de mulheres jovens entre criadores de gado espanhóis. Ver também Wolf (1976, p. 97); Woortmann (1995, p. 192-193).

discurso das representantes de mulheres em sindicatos de trabalhadores ou movimentos do meio rural (PAULILO, 2000, p. 10). Além disso, a adesão a valores urbanos hipoteticamente mais igualitários pode conviver com a manutenção da exclusão feminina da sucessão como característica da reprodução na agricultura (CARNEIRO, 2001, p. 51).

Em alguns contextos sociais, a desvalorização da agricultura como meio de existência pode favorecer a herança feminina da propriedade da terra. Em alguns casos, herdar a terra pode corresponder à “escolha” do filho ou da filha que se mantiver na agricultura e cuidar dos pais na velhice (DEERE; LEON, 2003, p. 933-4). Em outros casos, a herança feminina da terra, principalmente se for acompanhada de sua partilha, aponta para a pouca importância do patrimônio da terra para a reprodução familiar (ver CARNEIRO, 2001, p. 48-49; PAULILO, 2004, p. 234).

Conclusões

A bibliografia pertinente apresenta uma série de problemas a serem considerados no estudo de situações concretas e contextualizadas de reprodução social na agricultura familiar. Ao mesmo tempo, as problemáticas relativas à reprodução social e sucessão apresentadas permitem propor uma agenda de investigação das condições de permanência da “juventude” na agricultura e mesmo no “meio rural”. Uma das questões de investigação a serem propostas é como a masculinização e o êxodo de mulheres jovens do meio rural e da agricultura podem estar ligados a estratégias familiares de reprodução social, nas quais se articulam sucessão na propriedade familiar, formação educacional e profissional dos filhos e filhas e migração destes para outras regiões rurais ou urbanas.

As questões relativas à manutenção da exclusão feminina da sucessão na propriedade familiar também são particularmente pertinentes. É preciso analisar como a valorização da escolarização e o acesso a profissões não agrícolas acentuam a tendência à exclusão feminina da atividade agrícola. Ao mesmo tempo, formas de questionamento desta exclusão por mulheres agricultoras são ainda pouco visíveis, abrindo uma agenda de pesquisa sobre suas modalidades de existência e seus significados.

Por outro lado, parece haver uma relação entre mudanças nas estratégias matrimoniais e sucessórias e as possibilidades de aquisição de recursos por parte de filhos e filhas de agricultores. A crescente legitimidade social do êxodo da agricultura pela escolarização e acesso a outras profissões; a possibilidade do questionamento da autoridade paterna e materna ou ainda dos sogros, dadas pela aquisição de saberes técnicos e pelo acesso a políticas públicas parecem ser recursos a serem usados por filhas e filhos de agricultores no espaço familiar e em suas estratégias de reprodução.

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo et al. Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: Unesco, 1998, 101p.

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. Redescobrimo a família rural. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v.1, n.1, p.66-93, 1986.

ANJOS, Gabriele dos. “Mulheres todas santas”: participação de mulheres em organizações religiosas e definições de condição feminina em igrejas cristãs no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005, 457 p. (Tese de doutorado).

BOURDIEU, Pierre. Célibat et condition paysanne. Études Rurales, Paris: n.5-6, p. 32-136, 1962.

BOURDIEU, Pierre. Le sens pratique. Paris: Minuit, 1980, 475 p.

- BOURDIEU, Pierre. O camponês e seu corpo. Revista de Sociologia Política, Curitiba, n. 26, p. 83-92, jun. 2006.
- BOURDIEU, Pierre. Stratégies de reproduction et modes de domination. Actes de la Recherche en Sciences Sociales, Paris, n. 105, p. 253-267, dez. 1994.
- BRUMER, Anita et al. Como será o campo amanhã? A situação dos jovens rurais do oeste catarinense numa perspectiva de gênero. Relatório de Pesquisa. Porto Alegre: Departamento de Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007, 42 p.
- BRUMER, Anita; SPANEVELLO, Rosani. Jovens agricultores familiares da Região Sul do Brasil. Relatório de Pesquisa. Porto Alegre: Departamento de Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008, 142 p.
- BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v.12, n.1, p.205-227, 2004.
- CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. Texto para discussão n.621. Rio de Janeiro: IPEA, 1999, 28 p.
- CARDON, Philippe. Des femmes et des fermes: genres, parcours biographiques et transmission familiale. Une sociologie comparative Andalousie/Franche-Comté. Paris: L'Harmattan, 2004, 311 p.
- CARNEIRO, Maria José. Acesso à terra e condições sociais de gênero: reflexões a partir da realidade brasileira. Texto apresentado no VII Congresso Latino-americano de Sociologia Rural. Quito, 20-24 de novembro de 2006, 16p. Disponível em: <www.alasru.org/cd alasru2006/01%20GT%20Maria%20Jos%C3%A9%20Carneiro.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2007.
- CARNEIRO, Maria José. Camponeses, agricultores e pluriatividade. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 1998, 228p.
- CARNEIRO, Maria José. Herança e gênero entre agricultores familiares. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v.9, n.1, p.22-55, 2001.
- CARNEIRO, Maria José. O ideal *rurbano*: campo e cidade no horizonte dos jovens. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da, et al. (orgs). Mundo Rural e Política; ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Campus, 1998, p. 97-117.
- CÁTEDRA, Maria. La Maison du pendu. Terrain, Paris n. 20, mar. 1993. Disponível em: <<http://terrain.revues.org/document3058.html>>. Acesso em: 01 ago. 2007.
- CHAMPAGNE, Patrick. Elargissement de l'espace social et crise de l'identité paysanne. Cahiers d'Economie et Sociologie Rurales, Ivry, n. 3, dez., p.73-89, 1986 (a).
- CHAMPAGNE, Patrick. Jeunes agriculteurs et vieux paysans: crise de la sucession et apparition du "troisième âge". Actes de la Recherche en Sciences Sociales, Paris, n. mars/avril, p. 83-107, 1979.
- CHAMPAGNE, Patrick. La reproduction de l'identité. Actes de la Recherche en Sciences Sociales, Paris, n. 65, p. 41-64, nov. 1986(b).
- CHAYANOV, Alexander V. La organización de la unidad económica campesina. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974, 342 p.
- DEERE, Carmen; LEON, Magdalena. The Gender Asset Gap: Land in Latin America. World Development, Montreal, v.31, n. 6, p.925-947, 2003.
- EDHOLM, Felicity; HARRIS, Olivia; YOUNG, Kate. Conceptualising Women. Critique of Anthropology, Londres, v.3, n.9-10, p. 101-30, 1977.
- FRANKLIN, S. H. The European Peasantry: the Final Phase. London: Methuen, 1969, 256p.

- GIDDENS, Anthony. Capitalismo e moderna teoria social: uma análise das obras de Marx, Durkheim e Max Weber. 4 ed., Lisboa: Editorial Presença, 1994, 335 p.
- GUIGOU, Jacques. Problemas de uma sociologia da juventude rural. In: BRITTO, Sulamita de (org.) Sociologia da Juventude II – Para uma sociologia diferencial. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, p. 73-88.
- JELIN, E. Familia y género: notas para el debate. In: Estudos Feministas, Florianópolis, ano 3, n.1, p. 394-413, 1995.
- LAGRAVE, Rose-Marie. Introduction. In: LAGRAVE, R.-M. (dir.). Celles de la terre: agricultrice: l'invention politique d'un métier. Paris: Éditions EHESS, 1987(a), p. 11-29.
- LAGRAVE, Rose-Marie. L'agricultrice inclassable: les fonctions sociales du flou statistique. LAGRAVE, R.-M. (dir.). Celles de la terre: agricultrice: l'invention politique d'un métier. Paris: Éditions EHESS, 1987(b), p.89-110.
- LAGRAVE, Rose-Marie; CANIOU, Juliette. Un statut mis à l'index. LAGRAVE, R.-M. (dir.). Celles de la terre: agricultrice: l'invention politique d'un métier. Paris: Éditions EHESS, 1987, p. 111-150.
- LOPES, Milena Nunes. O celibato masculino e as perspectivas de reprodução da agricultura familiar. Monografia de conclusão do curso de bacharelado em Ciências Sociais. Porto Alegre: UFRGS, 2006.
- LUXEMBURG, Rosa. The Accumulation of Capital. London; New York: Routledge, 2003, 512 p.
- PAULILO, Maria Ignez. Movimento de Mulheres Agricultoras: terra e matrimônio. Cadernos de Pesquisa, Florianópolis, n. 21, abr. 2000. Disponível em: <www.cfh.ufrsc.br/~naf/doc/mma.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2007.
- PAULILO, Maria Ignez. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v.12, n.1, p.229-252, 2004.
- SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v.18, 51, p. 99-121, fev. 2003.
- SCOTT, Joan, jul./dez. 1994. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 20, n.2, p. 71-99, 1995.
- SPANNEVELLO, Rosani Marisa. A dinâmica sucessória na agricultura familiar. Tese de doutorado. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008. 221 p.
- STROPASOLAS, Valmir L. O valor (do) casamento na agricultura familiar. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 253-267, jan.-abr. 2004.
- SUAUD, Charles. La vocation: conversion et reconversion des prêtres ruraux. Paris: Minuit, 1978, 274 p.
- TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. Os colonos do vinho: Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: HUCITEC, 1978, 182 p.
- UNESCO. Políticas públicas de/para/com juventudes. Brasília: UNESCO, 2004, 304 p.
- VIANNA, Aurélio. Organização social e ação política do campesinato: o caso da "invasão" da Fazenda Annoni. Comunicação nº15. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 1989, 46 p.
- WOLF, Eric R. Sociedades camponesas. Rio de Janeiro: Zahar, 1976, 150 p.
- WOORTMANN, Ellen F. Herdeiros, parentes e compadres. Brasília: Hucitec, 1995, 336 p.